

SOCIEDADE DE RISCO GLOBAL E SISTEMAS PERITOS: UMA ANÁLISE SOBRE A CONFIANÇA DA OPINIÃO PÚBLICA MUNDIAL NAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL¹

TABORDA, Luana do Rocio²

RAQUEL, Izabela³

“Trust is one of the most important synthetic forces within society.”

Georg Simmel (1950 [1906]:318)

Resumo: O presente artigo propõe-se a discutir sobre a sociedade global de risco, especificamente, ao buscar evidenciar como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) internacionais têm se estabelecido, em meio a importantes embates, enquanto sistemas peritos. Para tanto, acompanhando as teses de Anthony Giddens e Ulrich Beck, sobre globalização e subpolítica, o trabalho concentra sua discussão sobre níveis de confiança da opinião pública mundial com relação às OSCs internacionais, que procuram estabelecer-se enquanto sistemas peritos. A metodologia se baseou em coleta de dados em pesquisas já realizadas e em bases de dados. A principal questão norteadora seria: Quais os níveis de confiança pública nas OSCs Internacionais, se comparados com instituições estatais ou empresariais? Os resultados do artigo revelam uma tendência de declive onde a credibilidade das OSCs parece não ser o que era em 1990 e início de 2000, quando Ulrich Beck escreveu-la *La sociedad de riesgo global*. A potencialidade destas instituições enquanto sistemas peritos e a sua confiabilidade não é mais a mesma e tem decaído, conjuntamente com a confiança nas instituições como um todo. Assim, a importância de refletir sobre a confiança nas instituições reside na compreensão de que a opinião pública mundial flutua a depender do contexto histórico.

¹ Este artigo possui como agência fomentadora o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através de cedência de bolsa de doutorado. Foi escrito como trabalho final a ser entregue a disciplina de Tópicos Avançados em Sociologia, no programa de Pós- Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC.

² Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC e do Programa de doutoramento em Sociologia do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Mestre em sociologia política. Email: luanadorocio@gmail.com.

³ Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Mestre em Administração pela UFSC. Email: bel.adm@gmail.com.

Palavras-chave: Sociedade de Risco Global. Sistemas Peritos. Organizações da Sociedade Civil. Confiança nas Instituições.

Global risk society and expert systems: An analysis of global public confidence in Civil Society Organizations

Abstract: The purpose of this paper is to discuss the global risk society, specifically as it seeks to show how International Civil Society Organizations (CSOs) have established themselves in the midst of major conflicts as expert systems. Following the theses of Anthony Giddens and Ulrich Beck on globalization and subpolitics, the paper concentrates its discussion on levels of public opinion worldwide with respect to international CSOs that seek to establish themselves as expert systems. The methodology was based on data collection in previous research and databases. The main guiding question is: What are the levels of public confidence in International CSOs compared to state or business institutions? The article's results reveal a descending trend where the credibility of CSOs seems not to be what it was in 1990 and early 2000 when Ulrich Beck rites La sociedad de riesgo global. The potential of these institutions as expert systems and their reliability is no longer the same and has declined, along with confidence in the institutions as a whole. Thus, the importance of reflecting on trust in institutions lies in the understanding that world public opinion fluctuates depending on the historical context.

Key-Words: Society of Global Risk. Expert Systems. Civil Society Organizations. Trust in Institutions.

Introdução

A Sociedade Global de Riscos é marcada pela presença de atores que transitam na esfera além da política e, numa atuação transnacional, mobilizam ações que podem se caracterizar como próprias de uma Subpolítica global (BECK, 2008).

A subpolítica é constituída, entre outros atores, por grandes organizações como aquelas que atuam de forma transnacional e competem por influências enquanto Sistemas Peritos (GIDDENS, 1989; 2002), sendo frequentemente consideradas enquanto produtoras de conhecimentos mais neutros. Ser reconhecido enquanto agente perito (expert ou especialista) é essencial para que essas organizações possam disputar espaço enquanto influenciadoras e bem quistas pela Opinião Pública Mundial (BECK, 2008), agregando credibilidade enquanto mais confiável que outras instituições.

A proposta do presente artigo opera no âmbito dessa discussão sobre a sociedade global de risco, acompanhando a tese de Anthony Giddens e Ulrich Beck, bem como de seus estudiosos. De forma a delimitar a temática, o artigo concentra a discussão sobre sistemas peritos, especificamente, propondo evidenciar como as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) Internacionais têm se estabelecido, em meio a importantes embates, enquanto sistemas peritos.

O objetivo consiste em articular discussões, principalmente, de Anthony Giddens e Ulrich Beck, sobre globalização e subpolítica, com discussão sobre níveis de confiança da opinião pública mundial com relação às organizações da sociedade civil internacionais, que procuram estabelecer-se enquanto sistemas peritos, ou seja, relevante agente especializado na produção de informação e disseminação de práticas.

Para tanto, foram coletados dados secundários em pesquisas já realizadas e em bases de dados que tenham a pergunta sobre confiança institucional como série histórica. Busca-se responder aos seguintes questionamentos: Quais os níveis de confiança pública nas organizações da sociedade civil se comparados com instituições estatais ou empresariais? é possível medir oscilações com o passar das décadas?

O artigo é composto por três seções. A primeira será destinada à contextualização teórica sobre a sociedade global de riscos e os sistemas peritos. Na segunda, é discutida a proposta de entender as Organizações da Sociedade Civil Internacionais enquanto Sistemas Peritos, agentes da Subpolítica, e em como a Opinião Pública mundial se manifesta com relação à confiança nessas instituições. A terceira seção, por sua vez, será dedicada aos dados existentes quanto a níveis de confiança nas instituições da subpolítica, sejam, as OSCs Internacionais, através de dados (pesquisas de opinião e séries históricas), além de relatórios e artigos escritos a partir de pesquisas sistemáticas sobre a temática. Por fim, o artigo encerra com algumas considerações finais oriundas da pesquisa quanto às potencialidades da subpolítica global.

Sociedade global de risco e os sistemas peritos

O conceito de “instituições” parece estar imbricado ao conceito de Modernidade de Anthony Giddens (2002), pois compreende as instituições modernas como diferentes das instituições que precederam a modernidade por seu dinamismo e impacto global. Ainda de acordo com o autor, o debate sobre o desenvolvimento da modernidade e suas formas institucionais reaparece no âmbito da sociologia no início do século XXI. As instituições modernas possuem um dinamismo diferenciado, elas interferem nos hábitos e costumes tradicionais e imprimem impacto global (GIDDENS, 2002).

Apesar de seu entendimento se dar num contexto institucional, Giddens (2002) buscou ressaltar que as instituições modernas estão diretamente entrelaçadas com a vida

individual, o eu. O autor explica os mecanismos de auto-identidade que, ao mesmo tempo, constituem e são constituídos pelas instituições da modernidade.

As transformações pelas quais passaram as relações sociais estão relacionadas ao advento da industrialização, à consolidação da produção capitalista e ao surgimento de instituições que podem ser projetadas de seus locais de origem para indefinidas extensões de “espaço-tempo”. Além disso, a modernidade caracteriza-se também pela existência dos mecanismos de desencaixe, onde “separam a interação das particularidades do lugar”, e a da reflexividade institucional, em que o “uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social” torna-se “elemento constitutivo de sua organização e transformação.” (GIDDENS, 2002, p.26). A reorganização de tempo e espaço e os mecanismos de desencaixe aliados a reflexividade da modernidade possuem, segundo Giddens (2002), propriedades universalizantes que explicam a globalização da atividade social.

O fenômeno da reflexividade também é desenvolvido por Ulrich Beck (2008). Para o autor, é na etapa de modernização reflexiva que o progresso pode-se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica. Segundo Guivant e Macnaghten (2011), a tese da modernidade reflexiva encontra em Anthony Giddens e Ulrich Beck suas grandes contribuições. Ela é caracterizada por uma descrença em alguns sistemas peritos originados a partir de inovações tecnológicas que, por sua vez, geram incertezas em relação aos seus riscos futuros. A leitura dos autores permite compreender que na sociedade global de risco, a vida moderna é marcada por novas formas de perigo para a humanidade, mas, e principalmente, por novas relações entre os conhecimentos leigos e peritos.

Beck, para além de desenvolver um novo conceito dentro da teoria social, propõe uma teoria da sociedade global de riscos, em especial nas seguintes obras: *"The reinvention of politics – Rethinking modernity in the global social order (1997); Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización (1998); World risk society (1999) e The brave new world of work (2000)"* (GUIVANT, 2001, p.96). Ao propor uma nova teoria, o autor defende a proposta de uma sociologia que se pauta em novas teorias, hipóteses e categorias, como alternativas para velhas categorias, para poder orientar as mudanças dos fundamentos das instituições da modernidade.

No desenvolvimento da sociedade global de riscos a reflexividade se dá de forma objetiva. A modernização reflexiva seria a segunda modernidade - modernidade radical - onde ciência e técnica não podem dar conta de controlar os riscos. "O conceito de sociedade de risco permitiria a compreensão da modernização reflexiva e, por isto, também entender o caminho pelo qual as soluções devem ser formuladas" (GUIVANT, 2001, p.96).

Para Giddens (2002), na “alta” ou “tardia” modernidade os contextos institucionais são construídos reflexivamente, isso porque os ambientes de conhecimento se organizam de forma reflexiva, onde atuam leigos e especialistas influenciando com seus conhecimentos os aspectos da vida social.

O conceito de sociedade global de risco encontra respaldo em explicações de cunho construtivista ou de cunho realista, segundo Ulrich Beck (2008). Na análise realista as consequências e perigos da produção industrial são globais. As forças produtivas se unem às forças destrutivas e ambas geram uma dinâmica de conflitos com efeitos globais, como crises e perigos que não tem fronteiras para impacto. Nesta perspectiva questões de classe e ecológicas são evidenciadas e é dada importância crescente às instituições transnacionais. No entanto, as formas realistas de fundamentar a sociedade de risco global são fracas porque o conhecimento do risco muitas vezes não vem dos experts e sim como conhecimento profano, que é carente de reconhecimento social. Ainda assim, a potência das formas realistas repousam na exclusão de questões de superioridade interpretativa dos enfoques construtivista.

Na análise construtivista a sociedade de risco global não se baseia na globalidade (cientificamente diagnosticada) dos perigos, mas sim em coalizões de discurso transnacionais, que colocam no espaço público questões de uma agenda do meio ambiental global. De forma a exemplificar temos os movimentos surgidos a partir dos anos 90 como a ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorrida no ano de 1992. Tratam-se de coalizões para lidar com os problemas do planeta, promovendo a institucionalização do movimento ecológico e de redes de atores internacionais como Greenpeace, WWF, ministérios de Meio Ambiente, legislações e acordos internacionais, industriais e uma ciência “grande” para abordar a gestão global de problemas mundiais. Ao abordar essas questões numa perspectiva global emergem problemas como, por exemplo: as discrepâncias entre estado atual do conhecimento de experts e o drama público das crises e perigos; a definição global dos problemas ambientais,

onde atores e governos do terceiro mundo precisam ser diferenciados daqueles considerados desenvolvidos, por serem locomotivas da destruição e por tentarem encobrir sua responsabilidade básica nas ameaças mundiais a civilização. Apesar de serem contraditórios em seus métodos e pressupostos básicos, os enfoques construtivistas e realistas estão de acordo em seus diagnósticos.

Segundo Guivant (2016), o que diferencia o entendimento sobre o conceito de sociedade global de risco entre Beck e Giddens é que, para o primeiro, o conceito está relacionado a dois aspectos, o da subjetividade/construtivismo e o da objetividade/realismo. Beck caracteriza como universal o processo da modernização reflexiva no que concerne a capacidade de se evitar os efeitos e riscos colaterais da industrialização (GUIVANT, 2016). Os riscos não respeitam fronteiras, afetam nações e classes sociais de forma global, o que torna evidente a interconexão entre os conceitos de sociedade de riscos e o de globalização. Os riscos, de acordo com Beck (2008), não podem mais serem controlados apenas a partir do desenvolvimento da ciência e da técnica.

Para Beck (2008) riscos são aqueles que podem gerar graves consequências para a saúde humana e meio ambiente. Como exemplos de riscos apontados pelo autor estão os riscos econômicos e financeiros, bem como aqueles produzidos pela indústria, que geram externalidades econômicas, mesmo sendo legitimadas pela ciência. Há ainda os riscos genéticos, nucleares, químicos e ambientais. Mais recente o autor incorporou ao rol de riscos, aqueles relacionados ao terrorismo que influenciam crises e catástrofes planetárias (BECK, 2002).

As relações estabelecidas entre os processos de globalização dos riscos e as consequências geradas nas diferentes sociedades demandam abordagens explicativas capazes de abranger ao rol de países com seus distintos estágios de desenvolvimento. É possível reconhecer aspectos de evolucionismo/linearidade/eurocentrismo nos aportes explicativos de Beck sobre o processo de globalização (GUIVANT, 2001, p.97). Isso porque o estágio de desenvolvimento entre os países é bastante díspar, de um lado há países menos industrializados e de outro países em estágios avançados de industrialização. Os processos de industrialização não são irreversíveis e a sociedade é semimoderna, pois combina elementos da modernidade e da contramodernidade (BECK, 2008).

Mais importante que apenas identificar os traços da modernidade em uma sociedade, cabe apontar que a definição das diferentes sociedade deve considerar a

simultaneidade das transformações e a necessidade de defini-las a partir de suas próprias características. Ainda assim, segundo Guivant (2001), Beck permanece com uma noção de globalização limitada, por apenas defender em seu âmbito a diferenciação entre as sociedades ocidentais das não ocidentais. Assim, o autor não considera as complexidades e diferenças existentes entre os países que compõem cada bloco.

Ao combinar a posição entre realistas e construtivistas, Beck compartilha com Giddens a crítica à oposição entre conhecimentos peritos que avalia os riscos e a percepção do público leigo (GUIVANT, 2001). Nem sempre, segundo a autora, quando parcela da população não aceita uma definição científica sobre determinado risco, quer dizer que essa população esteja agindo de forma irracional, mas, ao contrário pode indicar limitações da formulação científica deste risco. Assim, os riscos na teoria de Beck possuem: a) o caráter dual dos riscos, que combina a sua imaterialidade-definição social e sua materialidade-produto de uma ação; e b) a especificidade dos riscos do período de pós-guerra – a capacidade de aniquilação ecológica e nuclear.” (GUIVANT, 2001, p.102).

Para Giddens (2002), a reflexividade da modernidade e a vida cotidiana estão permeadas cada vez mais por situações de dúvida e não de certezas. Para tanto, surgem as autoridades - ou peritos - tidas como mais fidedignas e que se apresentam como confiáveis no auxílio aos processos de tomada de decisão na vida cotidiana. No entanto, ao buscar possibilidades junto aos peritos, encontra-se, muitas vezes, peritos em “desacordo sobre teorias e diagnósticos práticos” (p.82).

Assim esclarece Giddens (2002, p. 117):

A questão não é que a vida cotidiana seja hoje inerentemente mais arriscada do que em épocas anteriores. E que, nas condições da modernidade, tanto para os leigos quanto para os peritos em campos específicos, pensar em termos de risco e estimativas de risco é um exercício quase que permanente, e seu caráter é em parte imponderável. Vale lembrar que somos todos leigos em relação à vasta maioria dos sistemas especializados que interferem em nossas atividades diárias. A proliferação de especializações anda junto com o avanço das instituições modernas, e o crescente estreitamento das áreas de especialização parece um resultado inevitável do desenvolvimento técnico.

Um dos caminhos para aproximar os conhecimentos peritos pode ser a formação de espaços de diálogos entre diferentes atores como autoridades, empresas, sindicatos, políticos, bem como OSCs, em busca de ações preventivas de enfrentamento dos riscos.

Assim, para Beck (2008), diferentes grupos - leigos e peritos - poderiam propor subpolíticas e contribuir para prevenir os riscos.

Ao preconizar a participação de diferentes públicos nos processos de decisão e minimizar o monopólio do conhecimento perito, segundo Guivant (2001, p.104), é possível identificar aspectos “democratizantes” da obra de Beck. Ainda segundo a autora, além de democratizar a busca por soluções e desenvolvimento da subpolítica, a teoria de Beck democratiza a abrangência social e geográfica dos riscos da alta modernidade. Ou seja, os riscos de graves consequências podem afetar a todos, seja como agente passivo das consequências dos riscos, seja como ativo nos processos de tomada de decisões a respeito das várias formas de subpolítica.

As Organizações da Sociedade Civil Internacionais - Subpolítica, Confiança nas Instituições

Ulrich Beck em sua obra *La sociedad del riesgo global. En busca de la seguridad perdida* (2008), diferencia a globalização desde cima (tratados e instituições internacionais) daquela que ele acredita ter potencial considerável de atuação: a globalização desde baixo, através de novos atores transnacionais, como as organizações sem fins lucrativos que atuam internacionalmente na defesa de diferentes ‘causas’. Para o autor nesta obra cuja primeira edição foi lançada em 1999, a inovação em como atuam essas instituições estaria na capacidade de atuarem na margem do sistema político, não estando sob a legislação de nenhum país específico, e podendo assim desafiar práticas, leis, organizações políticas e grupos de interesses.

Todavia, com seu conceito de subpolítica, Ulrich Beck também está considerando a importância das práticas de ação política direta, que permitem configurar a sociedade desde baixo, onde é característico da subpolítica na sociedade mundial “*coaliciones ad hoc de opuestos*” (p.62). A subpolítica permite assim a liberação e modificação de regras e limites do político, com maior abertura para vinculação, renegociação e reconfiguração. Importante exemplo mobilizado pelo autor para ilustrar seu argumento seriam os massivos boicotes simbólicos que tem se tornado cada vez mais frequentes e significativos enquanto exemplos de ação direta em um mundo em que as formas de consumo acabam por ser

importantes formas de protesto e influenciando tomadas de posição de corporações e suas práticas.

Segundo Guivant (2001), na obra *The Reinvention of Politics*, Beck aprofunda a discussão sobre a teoria da sociedade global de riscos e as suas consequências para a ação política. No contexto dessas conexões está a necessidade de redefinir a ação política, já que os instrumentos utilizados para tal tornaram-se obsoletos depois da Guerra Fria. O autor aponta a necessidade de reinventar a forma de fazer política, não por meio de revoluções ou crises, mas a partir de um redesenho da sociedade. No entanto, ele não apresenta de forma precisa como as instituições e grupos próprios da subpolítica, enquanto também novas formas de fazer política devem ser implementadas para enfrentar os graves riscos e suas soluções para a complexidade dos conflitos e tensões que ele teoriza restringem-se a um plano generalista, não podendo ser caracterizados como uma reinvenção da política.

Pues los peligros se están produciendo en la industria, son exteriorizados por la economía, individualizados por el sistema legal, legitimados por las ciencias naturales y presentados como inofensivos por la política. El que esto esté desmoronando el poder y la credibilidad de las instituciones sólo se evidencia cuando se pone en apuros al sistema, como ha intentado hacer Greenpeace, por ejemplo. El resultado es la subpolitización de la sociedad mundial (BECK, 2008, p. 61).

Ainda que Beck tenha enfatizado a análise dos riscos de graves consequências, ele não deve ser visto como pessimista, porque os novos riscos estabelecidos permitem novas formas de fazer política - a subpolítica (GUIVANT, 2016). Deste modo, os espaços estabelecidos pela sub-política permitem estruturas de cooperação entre atores locais transnacionais e instituições internacionais, ultrapassando, assim, os limites das instituições representativas tradicionais e promovendo novos atores sociais e políticos.

Desta forma, tanto as práticas próprias das organizações internacionais autônomas, bem como práticas no nível individual como boicotes, demonstram a relevância da subpolítica no âmbito da sociedade de risco mundial, que permite romper com regras básicas e atuar politicamente sem amarras como respeito à soberania nacional e a normas diplomáticas.

Dentre exemplos que podem ser mobilizados de organizações que nas últimas décadas tem atuado desta forma estariam, primeiramente, o Greenpeace, reconhecido enquanto pioneiro ator a realizar importantes intervenções e organizar boicotes de grande

impacto no cenário mundial⁴. Além do *Greenpeace*, Beck cita também *Robin Wood* e Anistia Internacional, apenas três casos do total de 50 mil grupos mapeados pela ONU na década de 1990.

Tratam-se assim de organizações da subpolítica porque estariam nas franjas da política, fazendo-a por outros métodos e para além das instituições representativas dos Estados-nação. São auto-organizadas e com pautas bastante diferenciadas, mas em se tratando de organizações internacionais e humanitárias, geralmente as principais preocupações giram em torno de preocupações com desenvolvimento e sustentabilidade, proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Mas o êxito das ações das organizações sem fins lucrativos internacionais depende, em larga medida, da confiança depositada nesses atores pela Opinião Pública Mundial. Ou seja, em sua capacidade em estabelecerem-se enquanto especialistas e atores confiáveis, motivados por princípios como altruísmo e/ou bem estar da humanidade. Em comparação com os Estados-nação e com as corporações e multinacionais, as instituições da subpolítica podem reivindicar um papel mais transparente, virtuoso e comprometido no cenário mundial, com preocupações que transpassam fronteiras nacionais e formas de atuação que desafiam tanto interesses de Estados como de corporações.

Apesar de sofrerem ataques a sua credibilidade advindos principalmente de investigações por corrupção, as organizações sem fins lucrativos permanecem no páreo e disputam espaço na construção discursiva de laudos técnicos e enquanto produtoras e fontes genuínas de informação sobre danos a humanidade e ao planeta.

Um exemplo pode ajudar nossa argumentação: os relatórios da Oxfam sobre economia global e níveis de concentração de riqueza. O último relatório, lançado em janeiro de 2018, demonstra a aguda disparidade de concentração de renda existente no mundo, sendo que a manchete de que “*De toda a riqueza gerada no mundo em 2017, 82% foi parar nas mãos do 1% mais rico do planeta*”⁵ foi amplamente compartilhada nas redes sociais e veiculada tanto pela mídia ‘tradicional’ como ‘alternativa’. Neste contexto, a Oxfam

⁴ Em uma sociedade de consumidores, “los ciudadanos están descubriendo que el acto de comprar puede ser un voto directo que siempre pueden utilizar de forma política. De este modo, mediante el boicoteo, una sociedad de consumidores activos se combina y alia con la democracia directa... a escala mundial (BECK, 2008, p.66).”

⁵ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoas> e relatório: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/2018_Recompensem_o_Trabalho_Nao_a_riqueza_Resumo_Word.pdf. Último acesso em agosto de 2018.

apresenta-se e é reconhecida enquanto fonte confiável de produção de conhecimento, ou seja, enquanto agente perito na temática por produzir relatórios técnicos a partir de metodologias bastante concisas e legitimadas de medição dos níveis de acúmulo econômico. Assim como ela, muitas outras organizações da sociedade civil procuram reconhecimento enquanto agentes ‘imparciais’ e comprometidos quanto a informações produzidas e quanto ao trabalho realizado visando diferentes causas e fins.

O conceito de confiança tem seu uso nas ciências sociais associado a uma série de fenômenos e pode ser compreendida como importante recurso para sustentar a coesão necessária ao funcionamento das sociedades complexas. Definida como “segurança de procedimento ou crença em outros com quem se interage e se convive” (p.48) ou “algo que se refere à crença das pessoas na ação futura dos outros (...)”, quando mobilizada, a confiança implica em riscos por não garantir certeza de resultados (MOISÉS, 2010, p.9).

Em seu livro sobre Democracia e Confiança, José Álvaro Moisés (2010), a partir, principalmente, dos estudos de Gamson (1968), Luhmann (1979), Gambetta (1988), Giddens (1990), Sztompka (1999) e Warren (1999); Moisés estabelece considerações importantes sobre o tema. Segundo o autor, as últimas 4 décadas foram marcadas por um aumento no interesse pelo conceito de confiança, em virtude, principalmente, das pesquisas comparadas sobre os processo de democratização que trazem os temas como imprevisibilidade, incertezas e riscos como atributos das sociedades democráticas contemporâneas.

A globalização do mundo e a complexidade da vida social e política estão no cerne do interesse pelo conceito, que associa-se às incertezas e imprevisibilidades enfrentadas pelas pessoas. A época moderna é marcada por exigências de cooperação e coordenação. “Para cooperar e se deixar coordenar as pessoas precisam ter capacidade de previsão sobre o comportamento dos outros e sobre o funcionamento de regras, normas e instituições que condicionam esse comportamento cujos efeitos afetam sua vida” (MOISÉS, 2010, p.48).

Dessa forma tanto a confiança interpessoal como a confiança nas instituições configuram-se enquanto recursos políticos importantes para enfrentamento dos desafios da modernidade. Para Moisés (2010, p.12) “o objeto central da confiança nas instituições é a percepção pública a respeito do cumprimento da missão atribuída a elas pela sociedade.”

Apesar de seu foco estar em verificar a importância da confiança política para a democracia, a partir de diferentes perspectivas analíticas adotadas pelas ciências sociais, Moisés (2010) traz importante consideração sobre o fato da confiança estar vinculada a preceitos normativos das instituições, bem como com a avaliação de seu desempenho realizada pelas pessoas a partir de sua experiência no dia a dia. As instituições permitem o estabelecimento de regras para lidar com os comportamentos conflituais que caracterizam as sociedades complexas. Para refletir confiança as instituições devem preocupar-se com a qualidade de seu desenho institucional, ou seja, sua estrutura e funcionamento devem estar compatíveis com a expectativa suscitada por sua missão, pois isto impactará nos seus índices de confiança.

Ao citar Giddens (1990) no que se refere a presença da ambivalência no centro de todas as relações de confiança e de que confiança pressupõe conhecimento de especialistas ou de pessoas em que se confia, Warren (1999) procura destacar que apesar da ambivalência estar no centro das relações de confiança, no caso das relações políticas essa ambivalência é ampliada porque se suspeita que nem todos os interesses são compartilhados. O viés das relações políticas está voltado para a desconfiança. No mundo real, defende o autor, as pessoas podem confiar em determinados aspectos ou ações adotadas por uma instituição diante de algum risco e desconfiar de outros aspectos ou ações, tornando, assim, a confiança seletiva.

De acordo com Warren (1999, p.338), “a confiança prospera quando as instituições são estruturadas de modo a responder à comunicação.” Para tanto, é necessário contar com transparência no acesso às informações. “Quando essas circunstâncias estão em vigor, a confiança que eu coloco nas autoridades e especialistas podem ser justificados.” Apesar de nos últimos anos, líderes de opinião e especialistas defenderem que a existência de um declínio da confiança no governo indica uma crise da democracia, Warren (1999) não compartilha dessa afirmação, ao ressaltar que não temos um entendimento do quadro conceitual da relação entre confiança e democracia para saber se o declínio da confiança nos governos das democracias existentes conta como um problema para a democracia.

Até porque, para o autor não há resposta óbvia sobre o que significa "confiar" em uma instituição. O que ele defende em sua obra é que o núcleo da relação de confiança é interpessoal. E confiar em uma instituição” significa conhecer a sua concepção normativa, a sua ideia de instituição. Apesar das expectativas poderem ser frustradas, o fato de

compartilhar expectativas, permite fazer sentido confiar em uma instituição. Para confiar em uma instituição é preciso ter conhecimento compartilhado das regras constitutivas das instituições e garantir que elas sejam legitimadas.

No cenário de incertezas (riscos) da modernidade, a confiança institucional pode fornecer as condições da competição pacífica do poder e, ao mesmo tempo, estimular a cooperação entre atores e agentes responsáveis da subpolítica. Assim, a explicação sobre o fenômeno de confiança em instituições reside nas próprias instituições e na avaliação racional que os cidadãos fazem do desempenho concreto das instituições a partir de sua experiência com elas.

A confiança nas Organizações da Sociedade Civil Internacionais em Números

Esta terceira seção do artigo será dedicada a dados sobre a atuação das organizações no âmbito internacional, e quanto aos índices de confiança nestas instituições em se comparadas com outras como órgãos estatais e privados/empresariais. Para tanto, foram coletados dados primários em bases de dados como Ibope Inteligência, *World Values Survey* (WVS) e *Edelman Trust Barometer*, que foram mapeados enquanto bases que possuem perguntas sobre confiança institucional como série histórica. Assim, são aqui utilizados dados primários (com utilização do software SPSS *statistics*) e secundários destas bases - como os relatórios e artigos que apresentam os resultados destas pesquisas de opinião realizadas.

No primeiro capítulo de *La sociedad del riesgo global* (2008), Beck aponta a existência de 50 mil entidades que atuavam internacionalmente, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). Numa tentativa de atualização destes dados, pudemos mapear, conforme informações do site da própria Organização das Nações Unidas⁶, que o número de organizações da sociedade civil vinculadas em status consultivo a ONU tem aumentado muito, tendo passado de 41 em 1946, para 700 em 2002 e 5.083 em 2016, considerando apenas organizações vinculadas ao Economic and Social Council (ECOSOC). Estas se caracterizam enquanto organizações voluntárias, não governamentais e sem fins lucrativos, internacionais, regionais ou nacionais, com preocupações e fins variados e transversais a territórios e fronteiras geopolíticas.

⁶ Em <https://nacoesunidas.org/acao/sociedade-civil/>. Última visualização em julho de 2018.

Ainda, além das organizações com status consultivo, a ONU possui atualmente registros de 26.049 organizações cadastradas junto a plataforma dedicada às organizações da sociedade civil⁷, intitulada *Integrated Civil Society Organizations System*. Dentre as diferentes áreas de atuação, a procura por vinculação e parcerias junto a ONU indica que o perfil destas organizações volta-se a preocupações transnacionais e globais. Conforme podemos visualizar na tabela abaixo, as organizações cadastradas junto à ONU atuam principalmente em áreas de fins econômicos e sociais, questões de gênero, de direitos femininos e de desenvolvimento social e sustentável.

Tabela 1: Organizações sem fins lucrativos registradas junto a NGO Branch da ONU, segundo áreas de atuação

Áreas de atuação	N	%
Economic and Social	6713	25,7
Financing for Development	1194	4,5
Gender Issues and Advancement of Women	4080	15,6
Population	1251	4,8
Public Administration	1150	4,4
Social Development	4301	16,5
Statistics	813	3,1
Sustainable Development	4844	18,5
Peace and Development in Africa	741	2,8
Conflict Resolution in Africa	486	1,8
NEPAD	476	1,8
Total	26049	100%

Fonte: <http://esango.un.org/civilsociety/login.do>

Por outro lado, a distribuição geoespacial das organizações cadastradas, bem como daquelas com status consultivo, é bastante desigual. Em artigo de 2009, Perrone demonstra como existem importantes entraves a maior colaboração de organizações Latino-americanas e Caribenhas, que representam atualmente apenas 4,8% do total de cadastradas junto à plataforma. Em maior representatividade, estariam as organizações que atuam na África (50% do total).

Nas últimas décadas, a presença das organizações da sociedade civil no espaço público enquanto fontes e difusoras de informações, além de sua atuação junto a causas

⁷ Em <http://esango.un.org/civilsociety/login.do>. Última visualização em julho de 2018.

humanitárias e de desenvolvimento humano e sustentável, tem se consolidado. Tanto que, toda uma discussão sobre a sociedade civil e sua importância no âmbito das ciências sociais tem sido alimentada, com base no colocado por autores mais clássicos como Alexis de Tocqueville (1977 [1835]), e contemporâneos como Jürgen Habermas (1997) e Joshua Cohen e Andrew Arato (1992). Também Ulrich Beck (2008), com seu conceito de subpolítica, aloca importante papel às organizações da sociedade civil, enquanto importante ator global no contexto da sociedade de risco, constituindo-se também enquanto agentes peritos e disputando espaço de confiança diante da opinião pública mundial.

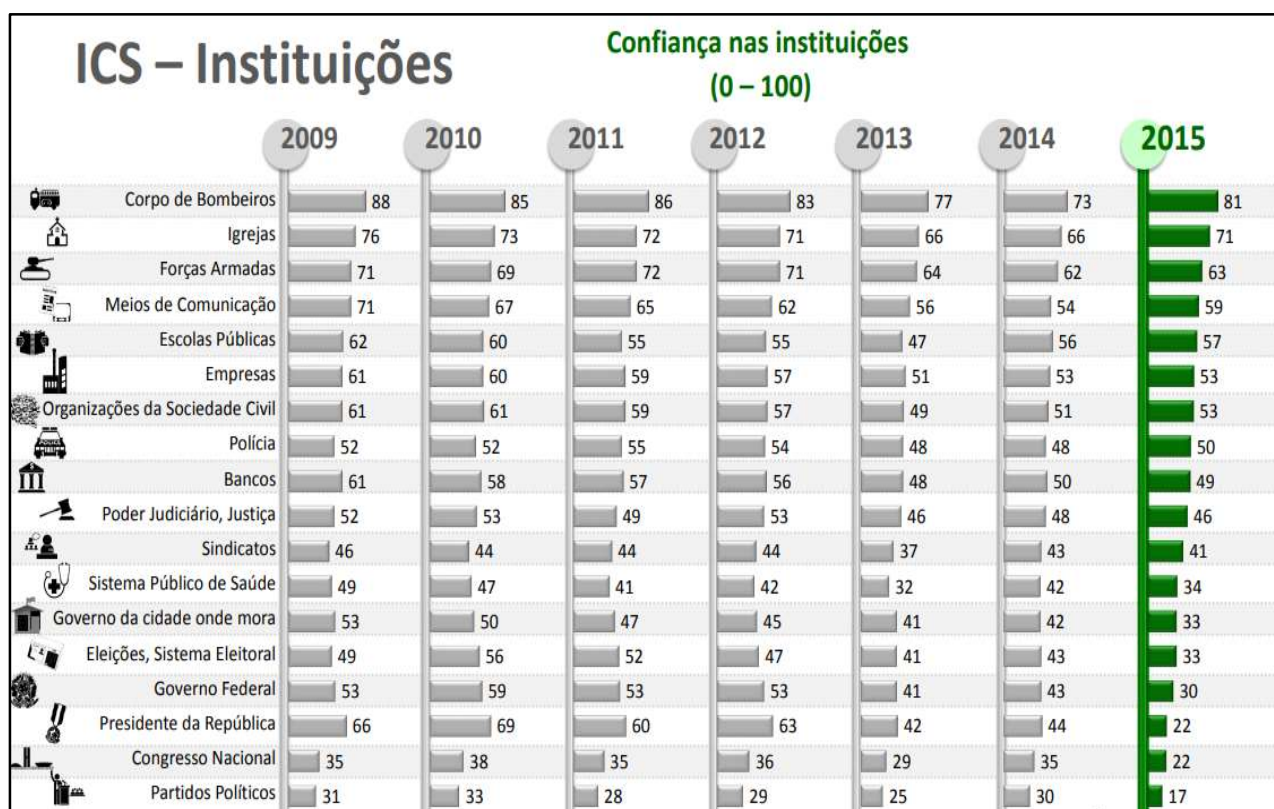
Diante deste contexto, cabe refletir sobre o grau de confiança atribuído às organizações da sociedade civil em se comparando com outras instituições como órgãos públicos, políticos ou empresas. Neste sentido, muito contribuem as pesquisas de opinião realizadas que possibilitaram traçar comparativos e tendências quanto à confiança nas diferentes instituições.

No âmbito nacional, o “Índice de Confiança Social”, com relatório de 2015, pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência, traz um retrato dos níveis de confiança delegados as diferentes instituições. O questionário pedia para que os entrevistados avaliassem 18 instituições, dentre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, políticos e empresas⁸. De um índice entre 0 a 100, as organizações da sociedade civil obtiveram pontuação 53 em 2015, ficando em 7º lugar dentre as 18, acima do poder judiciário, da polícia e dos governos municipais, estaduais e federal. Porém, conforme podemos observar no gráfico abaixo, a confiança nas OSCs está muito abaixo de instituições como corpo de bombeiros, igrejas, forças armadas e até mesmo empresas.

O índice construído pelo Ibope Inteligência permite detectar também importante quebra nos níveis de confiança em geral nas diferentes instituições. No caso das OSCs, estas obtiveram entre 2009 e 2015 queda de 8 pontos.

⁸ As instituições pesquisadas foram (na ordem de maior para menor confiança): Corpo de Bombeiros, Igrejas, Forças Armadas, Meios de Comunicação, Escolas Públicas, Empresas, Organizações da Sociedade Civil, Polícia, Bancos, Poder Judiciário, Justiça, Sindicatos, Sistema Público de Saúde, Governo da cidade onde mora, Eleições, Sistema Eleitoral, Governo Federal, Presidente da República, Congresso Nacional, Partidos Políticos. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf Último acesso em julho de 2018.

Gráfico 1: Índice de Confiança nas instituições no Brasil de 2009 a 2015.



Fonte: Índice de Confiança Social, 2015, Ibope Inteligência.

Mas esta queda na confiança da população não se resume ao caso brasileiro. No plano internacional também a confiabilidade nas instituições vem diminuindo, conforme o que dados do *Edelman Trust Barometer* (2001 a 2018) e *World Values Survey* permitem apreender.

Os dados do *Trust Barometer* entre 2017 e 2018 demonstram flutuações quanto aos níveis de confiança da população⁹. Entre 2016 e 2017, o estudo detectou diminuição na confiança em especialistas: técnicos, acadêmicos, analistas, representantes de OSCs, CEOs e autoridades governamentais: todas categorias com a mesma ou menor credibilidade enquanto confiável do que pessoas comuns/leigas (“uma pessoa como você”).

Mas se em 2017 “uma pessoa como você” era uma fonte de informação tão confiável quanto um especialista técnico ou acadêmico (60%), o percentual de confiança

⁹ Na edição de 2018, a pesquisa foi realizada em 28 países, contando com mais de 38 mil pessoas entrevistadas. Em sua 18ª edição, o estudo global Edelman Trust Barometer 2018 está disponível em: <https://edelman.com.br/propriedades/trust-barometer-2018/>. Último acesso em Julho de 2018.

nos especialistas aumentou na última edição do estudo lançada em 2018, tendo estes retornado a serem os mais confiáveis, conforme o Gráfico 2 abaixo demonstra.

Gráfico 2: Percentual de confiança nos porta-vozes de diferentes instituições 2017 e 2018



Fonte: Trust Barometer 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2n4eOPT>

Os representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), por sua vez, aparecem mais distantes do topo da lista de mais confiáveis. Segundo o relatório do estudo, em 2017 as ONGs possuíam menor credibilidade para os entrevistados do que as empresas, sendo que o índice global apontava a confiança nestas instituições para 53% da amostra. Já em 2018, 47% dos entrevistados disseram confiar em representantes de ONGs, ficando a frente de jornalistas e funcionários públicos, e alocados enquanto menos confiáveis do que “uma pessoa como você”.

A conclusão de que a confiança nas OSCs têm diminuído no mundo é visível em se considerando os relatórios das diferentes edições do Trust Barometer. Entre 2001 e 2018, a confiança nas organizações da sociedade civil (no estudo colocadas enquanto ONGs) sofre importantes alterações. A primeira versão do estudo era intitulada “Influência crescente das ONGs”, e o relatório ressaltava o momento positivo e alto grau de conscientização quanto às ONGs e sua atuação, com sentimento de aumento da influência

destas sobre a agenda global. Ainda segundo o relatório de 2001, as ONGs eram consideradas a fonte mais credível quanto a assuntos sociais e ambientais, mais do que governos, corporações e mídia. O relatório ainda apontou uma possível explicação para isto: a visão das ONGs enquanto instituições militantes, altruístas e ao mesmo tempo enquanto experts quanto às causas defendidas¹⁰.

Desta forma, embora as OSCs tenham historicamente sido creditadas enquanto importante ferramenta ou “remédio” para os problemas sociais não atendidos pelos poderes estatais, parece haver atualmente maiores desconfianças quanto a estas, principalmente devido a casos de corrupção e ilegalidades cometidas no âmbito destas¹¹. Nos estudos realizados desde então pelo Trust Barometer, a preponderância da confiança nas ONGs em comparação com outras instituições tem caído muito, estando hoje a confiança nestas muito próxima também da confiança em empresas.

Também o *World Values Survey* (WVS), um dos maiores estudos globais sobre os mais diferentes temas, pode nos ajudar a pensar os níveis de confiança nas organizações da subpolítica em âmbito global. Com um total de 6 ondas realizadas entre 1984 e 2014, num total de 60 países em todos os continentes, é uma importante ferramenta para agregar tendências e séries históricas. Foi identificada pelas autoras a existência da pergunta: “Vou citar o nome de algumas organizações. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações?” Eram então listadas 19 instituições para que o respondente avaliasse sua confiança ou não confiança em cada qual. Esta pergunta estava presente em 3 das 6 ondas realizadas pelo WVS, sendo 1989-1993; 2005-2009 e 2010-2014.

Para fins deste artigo, foram realizados dois importantes recortes analíticos considerando as bases de dados das ondas do WVS mencionadas anteriormente: 1) das 19 instituições foram selecionadas 9 que consideramos mais centrais, sendo: Igrejas; Imprensa; Polícia; Justiça; Governo Federal; Grandes Empresas; Organizações de defesa do meio

¹⁰ Relatório disponível em: <https://www.edelman.com/research/edelman-trust-barometer-archive>. Último acesso em julho de 2018.

¹¹ Exemplo disto em território brasileiro foi a CPI das ONGs, onde dadas denúncias constantes nos anos anteriores, em 2007 realizou-se um requerimento para formação de uma comissão conhecida como “CPI das ONGs”, com relatório finalizado em 2010, contando com 1478 páginas. Já em 2012 a então presidente Dilma Rousseff suspende convênios com as OSCs para a realização de auditorias sobre irregularidades. Todo este processo, agregado com a pressão midiática e denúncias de corrupção nos diferentes níveis estatais têm impactos nos níveis de confiança da opinião pública a respeito da atuação associativa e principalmente das parcerias das associações com o Estado (vinculando-a a prática de corrupção).

ambiente; Organizações humanitárias ou de caridade; Organizações de defesa dos direitos das mulheres. 2) Também, dentre o total de países, decidimos por selecionar os 5 países que compõem o acordo de cooperação do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - para realização da análise. A escolha destes países foi motivada por facilitar o trabalho junto a complexa base de dados do WVS, além de fazer sentido considerando ser um conjunto de países em estado de desenvolvimento mais “aproximado”, que já possuem diálogo e sinalização de preocupações quanto às principais questões da agenda internacional, além de representarem a quase totalidade de continentes existente.

Desta forma, a tabela abaixo detalha os percentuais relativos apenas àqueles que disseram confiar totalmente nas instituições listadas, segundo país. No caso da onda de 1989-1993, há instituições que não estavam na lista nesta onda, mas esta foi mesmo assim aqui incluída para efeitos comparativos. Outra nota metodológica seria que, no estudo do *World Values Survey*, não há uma categoria geral/agregada de organizações da sociedade civil, mas sim de confiança em organizações de defesa do meio ambiente, filantrópicas/humanitárias, e organizações de defesa dos direitos das mulheres.

Tabela 2: World Values Survey Percentuais relativos a resposta por país de “Confiar Totalmente”

Instituição	País	Wave 1989-1993	Wave 2005-2009	Wave 2010-2014
Confiança em: Igrejas	Brazil	40,5	29,3	22,7
	China	1,5	8,5	6,2
	Índia	58,3	54,3	46,8
	Rússia	23,2	27,5	22,4
	África do Sul	59,1	56,9	46,1
Confiança em: Mídias	Brazil	16,6	6,6	7,3
	China	9,0	15,6	14,3
	Índia	20,8	36,2	33,1
	Rússia	7,5	3,6	3,0
	África do Sul	19,4	17,4	20,4
Confiança em: Governo	Brazil		9,8	5,2
	China		39,6	41,1
	Índia		25,2	22,3
	Rússia		6,3	7,4
	África do Sul		30,3	15,1
Confiança em: Polícia	Brazil	12,6	7,7	6,6
	China	16,4	21,9	19,8

	Índia	11,6	28,1	27,3
	Rússia	7,5	6,1	4,8
	África do Sul	24,9	21,6	14,5
Confiança em: Justiça	Brazil	19,3	11,4	10,9
	China	33,1	22,1	23,8
	Índia	24,8	34,5	32,7
	Rússia	10,9	6,6	5,3
	África do Sul	28,4	24,0	17,1
Confiança em: grandes corporações	Brazil	18,6	9,9	10,3
	China	4,8	8,3	11,8
	Índia	17,6	21,6	29,1
	Rússia	10,4	3,8	3,7
	África do Sul	34,9	21,5	16,9
Confiança em: organizações de defesa do meio ambiente	Brazil		20,6	15,0
	China		17,3	14,6
	Índia		29,9	33,0
	Rússia		13,2	8,4
	África do Sul		17,2	17,7
Confiança em: organizações filantrópicas e humanitárias	Brazil		20,5	13,9
	China		20,1	15,2
	Índia		26,2	30,0
	Rússia		15,2	8,0
	África do Sul		23,6	4,9
Confiança em: Organizações de mulheres	Brazil		19	14,6
	China		20,9	17,3
	Índia		31,1	34,9
	Rússia		16,1	8,4
	África do Sul		22,9	18,6

Fonte: World Values Survey - base longitudinal.

O que podemos apreender dos dados do WVS quanto à confiança nas instituições é que, em geral, existem importantes quedas nos percentuais, mas que a um olhar mais detalhado, é possível perceber relevantes variações a depender tanto do tipo de instituição como do país. Por exemplo, em polos opostos, destaque para o Brasil enquanto aquele em que a confiança mais caiu percentualmente, sendo que das 9 instituições, as maiores quedas foram no caso das Igrejas e Judiciário. A Rússia, por sua vez, também registra quadro de importante declínio da confiança nas instituições. Na África do Sul, apenas mídia e organizações de defesa do meio ambiente não houve declínio. China e Índia, por outro

lado, parecem viver momento de aumento nos níveis de confiança, com alguns casos como exceções, como Judiciário e Igrejas.

Já em se analisando as mudanças segundo instituição, há importantes diferenciações. As grandes Corporações, Igrejas e Polícia figuram na amostra enquanto com maior queda (3) do que aumento (2). Já quanto a avaliação do Governo, os percentuais estão bem divididos nos 5 países. A Justiça aparece enquanto uma das instituições com maior queda - tendo aumento apenas na Índia. Já no caso da sociedade civil, é possível verificar importante declínio da confiança nestas instituições. As organizações ambientais possuem maior percentual de declínio ou estagnação, com exceção da Índia (quase um outlier nesta amostra), e com maior redução de percentual no Brasil. No caso das organizações de defesa de direitos das mulheres, a confiança caiu em todos os países menos na Índia. E por fim, o caso mais extremo de diminuição da confiança é quanto às organizações filantrópicas: dentre as 9, a com mais expressivo percentual de queda, como muito bem exemplifica a África do Sul que passa de 23,6% para 4,9%. Cabe notar que apenas na Índia houve aumento na confiança nestas organizações, passando de 26,2% para 30% nas últimas duas ondas.

Em se pensando em práticas próprias da subpolítica, não necessariamente atreladas a organizações da sociedade civil - como os boicotes e outras formas de participação política direta, uma grande quantidade de pesquisas têm sido realizadas no âmbito dos estudos sobre a participação política, procurando entender quais os repertórios mais utilizados, entre Instituições Participativas e Interfaces Socioestatais¹², a nível global. É grande a quantidade de estudos que procuram medir a qualidade da participação, níveis de inclusão e impactos na esfera pública das diferentes formas de participação coletiva ou

¹² As IPs por sua vez podem ser definidas enquanto “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45). As instituições participativas seriam assim novas institucionalidades que possibilitam a participação da sociedade civil junto aos assuntos do Estado, no caso específico do Brasil, a partir da Constituição de 1988. São comumente consideradas como IPs, os conselhos gestores de políticas públicas, as conferências temáticas, e os orçamentos participativos. Já o conceito de Interfaces Socioestatais, por sua vez, configura-se enquanto conceito analítico que permite ampliar o olhar para um conjunto maior de interações existentes, entre práticas institucionalizadas ou não, permanentes ou episódicas, empregues através da representação institucional ou participação direta, entre sociedade e Estado. Dentre os diferentes tipos de interfaces socioestatais mais aparentes no meio político-institucional, poderíamos citar: os Conselhos de Políticas Públicas, Orçamentos Participativos, Conferências, Conselhos consultivos. Audiências e Consultas públicas, Reuniões com grupos de interesse, Ouvidorias, canais para Denúncias e Pesquisa de Satisfação, além de redes sociais como Facebook e blogs, todos estes diferentes canais de interação e comunicação entre setores sociais e Estado.

direta. Em maior parte, caracterizam-se enquanto estudos qualitativos que procuram compreender contextos, recursos, atores, influência das tecnologias e mídias, além dos determinantes da participação; traçando também comparativos entre os diferentes países quanto à circulação de práticas e diferenciações sociais e culturais.

As práticas próprias da subpolítica caracterizam-se, principalmente, como política enquanto atividade cotidiana, com integração ativa. Assim, parece haver importante paralelo entre o conceito de subpolítica tal como proposto por Ulrich Beck, e o conceito de participação política, tal como trabalhado por autores como Carole Pateman (1992) e David Held (2006), dado que no mesmo sentido e apesar do grande distanciamento teórico, está presente a ideia de protagonismo e centralidade do papel das organizações da sociedade civil em diferentes frentes.

Outra questão que podemos abarcar nesta discussão, seria quanto às críticas ao conceito de subpolítica. Embora concordemos com a definição e atribuições dadas por Beck às instituições e grupos da subpolítica, uma crítica seria de que nem sempre as organizações e grupos da subpolítica objetivam ações benéficas, democráticas ou visando o bem estar de indivíduos de diferentes nações, grupos identitários, religiosos, dentre outras. Muito ao contrário, nas últimas décadas parece ter vindo a tona um aumento de casos da existência de grupos extremistas, neonazistas, radicais religiosos, racistas e de disseminação de ódio. Logo, é essencial considerar a emergência e os possíveis impactos destes grupos, enquanto a sociedade civil não virtuosa, composta por grupos com fins não/anti-democráticos (LÜCHMANN, 2014).

Considerações Finais

Ao atender o objetivo inicialmente proposto, o desenvolvimento deste trabalho de análise da confiança nas OSCs revelou, a partir dos dados coletados, uma tendência de declive: a credibilidade das OSCs parece não ser o que era em 1990 e início de 2000, quando Beck escreve *La sociedad de riesgo* global. Assim, a importância de refletir sobre a confiança nas instituições reside na compreensão de que a opinião pública mundial flutua a depender do contexto histórico, e que a confiança e esperança depositada nas OSCs e nas ações políticas diretas, como boicotes e protestos, tem variado muito.

No contexto da sociedade de risco global, os movimentos sociais e demais atores da sociedade civil anunciam-se enquanto tendo relevante papel, tanto de mobilização social,

divulgação e produção de conhecimento/informação, de realizar denúncias e realizar ações buscando mudanças em diferentes frentes sociais e econômicas. Com variados repertórios de atuação, são atores que conseguem concentrar a atenção da opinião pública para importantes problemas existentes, instigando os indivíduos a repensarem práticas e a temerem riscos até então pouco ou nada creditados.

Este é o caso da discussão que tomou importantes proporções nas últimas décadas: preocupação com mudanças climáticas, problemas ambientais e suas graves consequências de proporções globais. A defesa do meio ambiente e denúncia da insustentabilidade a longo prazo de práticas contemporâneas tem sido uma das principais preocupações dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, conforme a grande quantidade de estudos sobre estes atores têm demonstrado.

Em um contexto de socialização dos riscos, onde não dá para pensar o local sem pensar o global, os perigos globais são de difícil gestão e os riscos não quantificáveis. Sendo o perigo socialmente construído nas sociedades modernas (DOUGLAS, 1994), as incertezas são fabricadas (BECK, 2008) e as consequências imprevistas (GIDDENS, 2002). Daí resultam riscos que não podem ser segurados, além do efeito bumerangue (dinâmicas objetivas que provocam consequências impremeditadas) que a destruição do meio ambiente deixa a todos (e a uns mais que outros) expostos. Assim, os atores da sociedade civil buscam tornar visíveis as preocupações/riscos ambientais, em circunstâncias em que cada vez parece tornar-se mais difícil saber a quem culpabilizar, dado o grande fluxo internacional e o contexto de organização das cidades globais (SASSEN, 2007). Diante disto, justifica-se o grande espaço e a centralidade que tomou esta temática nos estudos sobre movimentos sociais e sociedade civil nas últimas décadas.

O entusiasmo com as potencialidades da sociedade civil enquanto ao mesmo tempo protagonista e linha de frente, trazendo novos repertórios de ação e resistindo para manter-se reconhecida enquanto “expert alternativo e virtuoso”, portanto confiável, parece acontecer em dois movimentos: não está crescendo como antes (IBGE, 2010)¹³, e precisa disputar maior espaço enquanto agente perito na produção e disseminação de informações

¹³ “Resumindo, a análise da evolução das Fasfil (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no País), de 2006 a 2010, indica que essas instituições continuam crescendo no Brasil, ainda que em um ritmo bem menos acelerado do que em períodos anteriores, especialmente entre o final dos anos 1990 e os primeiros dois anos do milênio, quando se observou uma grande expansão do setor. Não obstante, essa desaceleração já havia sido observada no estudo anterior das Fasfil, com ano de referência 2005 (IBGE, 2012, p.77).”

e enquanto instituição confiável, ou mais confiável que outras (o que escândalos de corrupção parecem estar influenciando); mas também parece em alguma medida ter se estabelecido enquanto importante instituição, grupo ou setor social influenciador da opinião pública, cujo impacto parece ser amplificado com a maior globalidade das informações, trocas e colaborações possibilitadas pela internet e redes sociais. Principalmente porque, na sociedade de risco, onde as preocupações são globais, as OSCs e grupos militantes de causas humanitárias ou sustentáveis possuem maior autonomia para atuarem para além de fronteiras e legislações nacionais - como bem argumenta Beck -, e quando financiados de forma independente, as capacidades de atuação destas instituições são ainda maiores (WARREN, 2001).

Desta forma, finalizamos este artigo em uma nota ambígua: ao mesmo tempo em que concordamos com as potencialidades das organizações da subpolítica, tal como apontadas por Ulrich Beck em *La sociedad del riesgo* global (2008), os dados demonstram que esta potencialidade e confiabilidade nestas instituições não é mais a mesma e tem decaído, conjuntamente com a confiança nas instituições como um todo. Por outro lado, a maior descrença nas instituições da subpolítica depende de fatores contextuais como tendências e preocupações ao mesmo tempo locais e influenciadas pelo global, variando segundo países e regiões e circunstâncias vividas por estes.

Mas Beck (2008) nos deixa uma importante pista para reflexão sobre os problemas resultantes da sociedade de risco: a de que às vezes procuramos a política em locais equivocados: é para a política do cotidiano, a nosso alcance, que devemos nos voltar.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional:** algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opin. Publica*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, June 2008.

BECK, Ulrich. **The terrorist threat.** *The world risk revisited.* Theory, Culture and Society, vol 19 (4): 39-55, 2002.

_____. **La sociedad del riesgo global.** En busca de la seguridad perdida. Madri: Paidós, 2008.

COHEN, Joshua; ARATO, Andrew. **Civil society and political theory.** Cambridge, MA, MIT Press, 1992.

DOUGLAS, 1994. **Risk and blame: essays in cultural theory.** London: Routledge, 1994.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

_____. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GUIVANT, Julia Silva. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia,** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16: 95-112. 2001.

_____. **O legado de Ulrich Beck.** Ambient e Sociedade, São Paulo , v. 19, n. 1, p. 227-238, Mar. 2016 .

GUIVANT, Julia Silva. e MACNAGHTEN, Philip. **O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica.** Ambiente e Sociedade. São Paulo, v..14, n. 2. July/Dec. 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade,** Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2. 1997.

HELD, David. **Models of Democracy.** 3^a ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

IBGE. **As Fundações Privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010.** Estudos e Pesquisas Informação econômica n° 20. Rio de Janeiro, 2012.

LÜCHMANN, Lígia Helana Hahhn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Viçosa, vol. 29, n° 85, p. 159-178, 2014.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas.** EDUSP, 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERRONE, Daniela Navas. **Latin-American and Caribbean NGOs: Facing Challenges for Greater Participation at the United Nations Economic and Social Council.** JULY 2009. SASSEN, Saskia. Una sociologia de la globalización. Buenos Aires: Katz. Pags 11 a 60. 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América.** 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977 [1835].

WARREN, Mark. **Democracy and association.** Princeton: Princeton University, 2001.

WARREN, Mark (orgs). **Democracy and Trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WORLD VALUES SURVEY 1981-2014 LONGITUDINAL AGGREGATE v.20150418.
World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org). Aggregate
File Producer: JDSystems, Madrid SPAIN.